

# Violência e transgressão: uma trajetória da Humanidade

**Francisco de Oliveira, Maria de Fátima  
Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa  
(coord.)**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

**O PIRATA NO ROMANCE GREGO**  
**UM MODELO DE MARGINALIDADE E VANDALISMO**  
**(Pirates in Greek novel: a paradigm of marginality and vandalism)**

MARIA DE FÁTIMA SILVA<sup>1</sup>  
Universidade de Coimbra

RESUMO: É objectivo deste artigo ocupar-se da pirataria no mundo antigo e da sua utilização convencional na literatura. O género romance foi aquele que, com maior insistência, acolheu o motivo, dando-lhe, dentro de uma história de amor e de aventuras, uma intervenção de relevo para o destino do par protagonista.

PALAVRAS CHAVE: Cáriton, Heliodoro, Xenofonte de Éfeso, Aquiles Tácio.

ABSTRACT: This article is about piracy in the ancient world and its literary convention. Novel was the gender that more insistently took this motive, adapting it to a story of love and adventures. Pirates became relevant to the destination of protagonists.

KEY WORDS: Chariton, Heliodorus, Xenophon of Ephesus, Achilles Tatius.

É hoje consensual entre os estudiosos do romance grego que, sob o peso de uma convenção estrita, este novo género da época helenística revela um compromisso claro com a sociedade envolvente. Há uma realidade próxima, política, social e cultural, nele retratada, apesar dos elementos transversais que, de criação em criação, atestam o mesmo espírito da narrativa ficcional em prosa. Faz parte da sua moldura o tópico da viagem, num espaço que é o do Mediterrâneo central e oriental, eixo do mundo conhecido de então. Viagem em que se vêem envolvidos os protagonistas, dois jovens unidos pela força do Amor, mas afastados por um sem número de perigos e adversidades, que o próprio roteiro – que involuntariamente são levados a percorrer – lhes impõe. Só a superação desse *curriculum* de peripécias, e a maturidade que ele traz, lhes pode permitir uma conquista do seu maior troféu: uma tranquila felicidade.

Neste roteiro de encontros e desencontros, de raros momentos de felicidade e abundantes episódios de risco, onde múltiplos agentes, amigos e inimigos, vão condicionando o destino do par, há uma figura a merecer, pela sua constância nos diversos romances e pelo recorte que faz dela um verdadeiro ‘tipo’ humano e social, alguma atenção: o pirata. Esta personagem torna-se tanto mais interessante quanto é notória a sua ausência, com desenho e textura

---

<sup>1</sup> Maria de Fátima Silva, professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é doutorada (1984) em Literatura Grega, com a tese intitulada *Crítica do teatro na Comédia Antiga*. Na docência e investigação tem privilegiado a Língua Grega Antiga, a Literatura Grega, em particular o Teatro e a Historiografia, e os estudos de Recepção dos Clássicos.

próprios, na literatura anterior. Pela trajetória da sua existência no romance, o πειρατής justifica um espaço num conjunto de estudos dedicados ao crime.

Se o termo que, no romance, geralmente o designa – πειρατής<sup>2</sup> – é tardio<sup>3</sup>, o conceito de fora-de-lei ou assaltante, na terra e no mar, está abonado como uma realidade mediterrânica desde os tempos mais remotos. Apenas a designação, como os comentadores antigos se esforçam por acentuar, parece ter a dada altura mudado. À vulgar palavra ληστής<sup>4</sup>, corrente na literatura arcaica e clássica, veio tardiamente juntar-se um novo termo, πειρατής, que estabeleceu uma especificidade dentro do mundo ilegal: o de ‘assaltante marítimo’. É, nesse aspecto, consensual a informação dos comentadores tardios<sup>5</sup>, sem perdermos a noção de que a moderna diferenciação entre salteador (em terra) e pirata (no mar) não tinha, no uso corrente da língua antiga, a mesma nitidez que tem hoje.

Mais constante do que a designação são os comportamentos dos aventureiros do mar. E se não, atentemos em alguns dos principais testemunhos.

A *Odisseia*, como remissão indiscutível para a convenção da viagem ao longo de toda a literatura posterior, é também um primeiro testemunho épico para o uso de ληστής e da identidade a que a palavra se refere. Curiosamente, palavra e conceito repetem-se em contexto de uma mesma etiqueta - aquela em que alguém, inquirindo sobre a identidade de um hóspede desconhecido,

---

<sup>2</sup> A palavra deriva de πείρα, ‘tentativa’, mas também ‘termo, extremidade, limite’ e relaciona-se com πειράω ‘ensaiar, tentar, levar ao seu limite’, ‘testar todas as capacidades’ ou ‘pôr alguém à prova, tentar corromper alguém’; parece haver, portanto, uma evolução de um sentido geral para algo bem mais específico e moralmente conotado. Estão-lhe associados conceitos como δόλος, ἀπάτη e τέχνη, onde pondera a noção de ‘engano’ e de ‘habilidade’ para o levar a cabo. Πειρατής vem, por fim, designar o profissional da corrupção, do assalto e do crime perpetrado no mar. Por seu lado ληστής, uma palavra mais antiga que designa, desde Homero, o salteador na terra ou no mar, relaciona-se com ληΐς, ‘o saque’.

<sup>3</sup> Cf., e. g., Diodoro Sículo 20. 81. 3, 20. 82. 4, 21. 12; Políbio 4. 3. 8; Estrabão 1. 3. 2, 14. 3. 2; *schol.* S. *Aj.* 1, Pi. *P.* 2. 62 (πειρατὰς τοὺς κατὰ πέλαγος ληστὰς λέγομεν); *Suda* s. u. πειρατῶν καταποντιστῶν, κατὰ θάλασσαν ληστῶν, e ainda *Suda* s. u. λησταί. καὶ ληστής μὲν ὁ ἐν ἠπείρῳ, πειρατής δὲ ὁ ἐν θαλάσσει; Hesíquio s. u. πειραταί. ἐν ὕδασι λησταί. Há ainda uma outra designação específica para o assaltante marítimo – καταποντιστής (cf. Isócrates, *Panegírico* 115, *Panatenáico* 12, 226; Pausânias 8. 52. 3) – de ocorrência rara. Heliodoro (1. 8. 2) faz um contraste claro entre καταποντισταί ‘piratas do mar’ e λησταί ‘salteadores de terra’. *Vide* Souza 1999: 3-12.

<sup>4</sup> Gabrielsen 2001: 223, considera este vocabulário – ληστής, ληστεία, ληστεύω – como representativo do que designa por ‘mentalidade de raid’, ou seja, ‘um fenómeno histórico que essencialmente representava um modo específico de aquisição’.

<sup>5</sup> Garland 1978: 2, entende, no entanto, que separar a pirataria marítima dos assaltos terrestres é artificial, porque se trata, de facto, de um único fenómeno histórico, desde tempos muito antigos. Esta afinação vocabular corresponde sem dúvida a uma ocasião em que a pirataria e o banditismo, antes encarados como realidades indistintas, passaram a ser vistos como fenómenos diversos. Assim, a primeira ocorrência do termo πειρατής testemunhada pela epigrafiá (*IG* XII. 5. 36, XII. 7. 386) é, tanto quanto sabemos, do séc. III a. C.; *vide* Souza 1999: 3-5.

põe como alternativa no seu questionamento duas hipóteses: ‘De onde vindes, vós que navegais pelas rotas líquidas? Será o comércio que vos traz, ou errais ao acaso, como erram os assaltantes sobre o mar (ληστήρες ὑπὲρ ἄλλα), arriscando as suas almas e levando o mal a outras paragens?’ A repetição com que os mesmos quatro versos reincidentem na *Odisseia* (3. 71-74, 9. 252-255) e na tradição épica em geral (*Hino Homérico a Apolo* 3. 452-455) consagra-os como uma fórmula; e da naturalidade da pergunta resulta que à pirataria não estava associada uma forte reprovação social – apesar de alguma denúncia de mau comportamento lhe não ser de todo alheia; quem a formula está seguro de não ofender o seu interlocutor<sup>6</sup>. Isso mesmo é comprovado por Tucídides, ao comentar uma prática tradicional, que continuava tolerável no seu tempo (1. 5. 2)<sup>7</sup>: ‘É o que comprovam, ainda hoje, certos povos do continente, para quem é honroso praticá-la (οἷς κόσμος καλῶς τοῦτο δρᾶν); e do mesmo modo os velhos poetas, que vezes sem conta dirigem igual pergunta aos viajantes quando desembarcam (τῶν καταπλεόντων), se eles são salteadores (εἰ λησταί εἰσιν). E eles, quando interrogados, não deixam de confessar esta actividade (τὸ ἔργον), dado que, para quem pergunta, também não há motivo de censura’. Esta tolerância para com a pirataria – de que Tucídides partilha – assentava sobretudo em dois pressupostos: na qualidade dos seus promotores – ‘sujeitos que, pessoalmente, não eram desprovidos de recursos’ – e nos objectivos que os motivavam – ‘além do lucro para si mesmos, buscavam a subsistência dos mais fracos’ (Tucídides 1. 5. 1). Enfim, reitera Tucídides (1. 5. 1): ‘Esta actividade não implicava vergonha (οὐχ ἔχοντος πω αἰσχύνην τούτου τοῦ ἔργου), mas antes trazia algum mérito’ (φέροντος δέ τι καὶ δόξης μᾶλλον)<sup>8</sup>.

Assim, nos capítulos da *Arqueologia* que dedica ao passado mais remoto da Grécia, Tucídides, em diversos momentos, refere-se à pirataria. A amplitude que, nos velhos tempos, essa actividade conheceu no Mediterrâneo Oriental, condicionou até o povoamento; para se defenderem das constantes razias, as populações evitavam as zonas costeiras e, por isso, as povoações desenvolviam-se mais no interior (1. 7). Esta actividade, claramente lucrativa, oferecia-se com maior naturalidade aos ilhéus (1. 5. 1, 1. 8. 1, καὶ οὐκ ἦσσαν λησταί ἦσαν οἱ

<sup>6</sup> Não deixa, no entanto, de ser verdade, como afirma Souza 1999: 18, que os inquiridos nunca respondem, não validando nem uma hipótese nem a outra.

<sup>7</sup> Na verdade, a comparação com o que se passa na Grécia do seu tempo, em regiões mais atrasadas ou conservadoras, como entre os bárbaros, é o grande instrumento que fundamenta as deduções de Tucídides sobre o passado pré-histórico do Mediterrâneo Oriental.

<sup>8</sup> Que os assaltos podiam mesmo fazer parte de uma estratégia de guerra e contribuir para a *arete* de um herói sobressai das credenciais que Aquiles apresenta a Ulisses, durante a visita da embaixada aqueia (*Iliada* 9. 328-331): ‘Com os meus navios, saqueei doze cidades dos homens. Em terra conto ainda com onze tomadas por mim na Tróade fértil. A cada uma saqueei um vasto e precioso tesouro’. Uma aproximação convincente entre as condições e os objectivos da guerra e da pirataria ou pilhagem é feita por Souza 1999: 19-22.

νησιῶται), muitos deles descendentes também de povos do continente com grande tradição no comércio e no trânsito marítimo, como os Cários e os Fenícios<sup>9</sup>. A concorrência parecia ser feroz, o que permite a Tucídides afirmar que (1. 7) ‘não só se assaltavam uns aos outros, como assaltavam também todos os que, mesmo sem viverem do mar, habitavam junto à costa’.

Da cooperação que a pirataria podia dar aos grandes empreendimentos nessa época é prova, ainda de acordo com o mesmo historiador, a guerra de Tróia. Tida como a primeira grande campanha que confrontou Ocidente e Oriente, na sua execução não deixou de denunciar as deficiências ou limitações que a condicionaram. Não teria sido necessário, dada a vantagem militar dos atacantes, que se prolongasse por tantos anos, não fossem as limitações logísticas do exército aqueu; mas, apetrechados de embarcações – ‘não tinham barcos com pontes, mas antes construídos à antiga, à maneira dos piratas’ (τῶ παλαιῶ τρόπῳ ληστικώτερον παρεσκευασμένα, Tucídides 1. 10. 4) –, os guerreiros procuravam prover ao necessário abastecimento por dois meios avaliados em alternativa, a agricultura e a pirataria (Tucídides 1. 11. 1-2). Trata-se, portanto, de uma pilhagem colectiva, de objectivos elementares, visando sobretudo comunidades agrícolas para obtenção de aprovisionamento<sup>10</sup>.

Atrelado à pirataria marítima veio o assalto terrestre. No passado, como em plena época clássica (Tucídides 1. 5. 3), as pilhagens fustigavam também as populações continentais, que passaram a andar armadas para sua defesa.

A primeira grande oposição, superiormente organizada, a esta actividade tradicional e limitadora da segurança, e do desenvolvimento que ela traz, surgiu da parte das talassocracias, que Tucídides não hesita em considerar como a primeira grande alavanca para o progresso da Grécia arcaica. Logo o primeiro talassocrata, Minos de Creta, deu início à tarefa de expurgar o mar de salteadores (τὸ ληστικόν, Tucídides 1. 4) com um objectivo funcional: o de facilitar a cobrança de tributos. A este objectivo imediato, sucederam-se outras vantagens de carácter mais geral; as comunicações por mar facilitaram-se, a vida junto à costa tornou-se segura e próspera e, com a prosperidade, a ideia de estabilidade e desenvolvimento fomentou a construção de fortalezas (Tucídides 1. 8. 2-3). Era toda uma sociedade que vivia e se organizava ao ritmo da expansão ou restrição colocadas à marginalidade marítima. E da mesma forma,

---

<sup>9</sup> Sobre os Fenícios e a sua implicação tradicional neste tipo de actividades, *vide* Heródoto 1. 1. 1. Biraghi 1952: 473-474 sintetiza, com base nas informações de Tucídides, a origem de uma população grega articulada com o fenómeno da pirataria: são as primeiras vagas migratórias, vindas do norte, que, no seu itinerário mais ou menos nómada, primeiro assentam os seus povoamentos junto às zonas costeiras, aquelas que desencadeiam os mais antigos movimentos da pilhagem marítima. Nessa medida, a pirataria coincide com um primeiro impulso civilizacional.

<sup>10</sup> Platão, *Leis* 823b e Aristóteles, *Político* 1256a ainda se lhe referem como uma actividade equivalente à agricultura, caça ou pesca.

na época clássica<sup>11</sup>, a relação entre a pirataria e as talassocracias se mantinha em termos semelhantes: com a pujança da armada coríntia, um novo movimento de perseguição à pirataria se desencadeou (1. 13. 5). Também Atenas, à medida que foi impondo a sua hegemonia, se preocupou em combater o fenómeno; assim Címon, na sua campanha contra Ciro (Plutarco, *Címon* 8. 3-5) e Péricles (Plutarco, *Péricles* 19. 1), naquela que ficou reconhecida como a mais importante das expedições que comandou, ao Quersoneso, desenvolveu sobretudo uma política de estabilidade e segurança das populações gregas aí residentes. Para tal – diz Plutarco – ‘fechou também a porta à guerra incessante e cruel que arrasava continuamente a região, em relação à vizinhança dos bárbaros e à abundância de salteadores’ (λησθηρίων). Parece, portanto, fora de dúvida que a Grécia clássica condenava já a pirataria como um procedimento de bárbaros, ou associado com o atraso e a carência económica, mas mesmo assim ilegítimo e digno de repressão.

Além dos assaltos a bens e mercadorias, depois vendidos em mercados ilegais, para o que as cidades mais prósperas eram o contexto natural (cf., e. g., Heródoto 1. 1. 2), os piratas da época arcaica praticavam já em grande escala o tráfico de pessoas, sobretudo mulheres. É de acordo com essa realidade que entre as tradições que responsabilizam raptos sucessivos de mulheres pelo aprofundamento de um conflito entre Ocidente e Oriente, que havia de desfechar na guerra de Tróia, Heródoto (1. 1. 4) recorda o rapto de Io, princesa de Argos, por uns comerciantes fenícios na altura em que, com outras mulheres, apreciava os produtos à venda. A nota política indissociável do estatuto de Io, filha do rei de Argos, que sobressai deste episódio, tem réplica na dimensão cultural que o rapto de duas sacerdotisas de Tebas egípcia, também por Fenícios, veio a ter (Heródoto 2. 54. 1, 2. 56. 1-3). Tendo seguido diferentes destinos – uma vendida na Líbia, outra na Grécia –, elas tornaram-se o veículo de transferência da tradição religiosa, o que, no caso grego, é reconhecido como a origem do prestigiado santuário de Zeus em Dodona.

Na linha desta mesma tradição, o romance grego da época helenística vem comprovar algum recrudescimento do fenómeno, quando parece haver, com o derrube das antigas fronteiras, um maior descontrolo das rotas marítimas. De todo o modo continuou sendo um fenómeno associado às condições e progresso da bacia do Mediterrâneo, embora agora sobretudo exercido a título individual e por interesses privados.

Esta nova fase representa o que Garlan 1978: 3 considera uma etapa ‘mais refinada’ do processo; o que agora está em causa não é já a obtenção de víveres, mas outros bens, ouro, prata e outros destinados à comercialização. A que

---

<sup>11</sup> Sobre a importância política e militar da pirataria na época clássica, *vide* MacDonald 1984: 77-84; Souza 1999: 15-42.

se veio juntar, com prosperidade crescente, a captura de pessoas, destinadas ao mercado de escravos, ou, dependendo do seu estatuto, à chantagem para obtenção de resgates elevados. Esta é considerada, na época clássica e helenística, a melhor parte do saque. Segundo Garlan 1978: 6, é exactamente a rentabilidade deste tipo de mercadoria humana uma das possíveis razões para o aumento da pirataria a partir do séc. I. Nesta perspectiva, a pirataria acarreta a ideia de lucro ilegítimo, de mercado negro e de corrupção. Há como que uma profissionalização hierarquizada, em regime livre, de bandos operacionais, modelo este vulgarizado na época helenística, a julgar pelo testemunho do romance.

A coincidência que, nos diversos romances, existe na opção pelo ‘pirata’ como personagem de relevo, bem como nos traços essenciais do seu perfil pessoal e comportamentos, sem dúvida obedece por um lado a uma convenção do género; mas não pode negar-se também que essa preferência corresponde a uma realidade imediata, bem conhecida do autor e dos seus leitores. É inegável que a realidade se tem de moldar às regras do género, como também é certo que o procedimento mimético não trai aquilo que a experiência de uma época demonstrava. Apropriam-se a este tópico as palavras de S. Said<sup>12</sup>: ‘de facto, os romances gregos não nos dão, nem pretendem dar-nos, uma visão distorcida da realidade. Pelo contrário, procuram construir uma ‘imagem plausível’ da realidade, isto é, de acordo com os preconceitos do autor’. É neste jogo de ‘realismo em ficção’ que tentaremos o desenho da figura.

O pirata entra, no enredo, como parte dos inimigos ou aliados do par protagonista. Sem dúvida que passam pelas suas mãos muitas das adversidades ou tribulações que afligem os apaixonados, é obra sua o afastamento que os penaliza e muitas vezes também as ameaças contra o seu pudor e fidelidade mútua. É portanto nos factores de oposição que, antes de mais, os podemos colocar. Mas os romances de amor conservados implicam igualmente a ideia de que, em função da origem do pirata, alguma cumplicidade ou mesmo *philia* se possa gerar com as suas vítimas – essas, no romance, oriundas das melhores famílias –, que produza a metamorfose do ‘pirata inimigo’ em ‘pirata aliado’.

Um factor também flexível é o que diz respeito à dimensão do seu papel na história. Ora o vemos confinado a um episódio concreto, como é o caso de Téron no romance de Cáriton, *Quéreas e Calíroo*; ora lhe é dada uma intervenção transversal, que faz dele o verdadeiro responsável por toda a trama da história, e quase um protagonista em concorrência com o par central ou um ‘autor intradieético’, em competição com o verdadeiro autor; assim Hipótoo, como Xenofonte de Éfeso o utiliza nas suas *Efesiacas*. Pode mesmo acontecer que a intriga implique a multiplicação de piratas e de bandos, como é ainda o

---

<sup>12</sup> 1999: 85.

caso de Xenofonte e de Heliodoro, num reconhecimento óbvio do potencial que a personagem possui.

Ligado ao relevo maior ou menor que o pirata tem na intriga está o empenhamento com que o autor do romance lhe desenha o perfil. Algumas variantes podem ser, ainda numa observação global, sublinhadas. Téron<sup>13</sup>, por exemplo, parece de certo modo corresponder a uma ‘caricatura’ do chefe homérico<sup>14</sup>, na forma como lida com a profissão que exerce, onde é um verdadeiro *áristos*, e como desempenha as exigências do comando. Hipótoo, por sua vez, conhece, em Xenofonte de Éfeso, um processo de crescimento, em resultado da sua trajectória de vida; ele mesmo tem a oportunidade, no romance, de narrar, como um Ulisses entre os Feaces, a história da sua existência passada (3. 2. sqq.); proveniente de uma família aristocrática, o desespero de uma paixão frustrada por um naufrágio e a responsabilidade por um homicídio (3. 2. 10) levam-no à marginalidade; essa é uma fase da sua vida em que exerce, com a violência tradicional, a pirataria; mas quando restabelecido, por uma herança, numa tranquilizadora estabilidade financeira, os seus bons sentimentos naturais impõem-se de novo e recuperam-no como pessoa de bem<sup>15</sup>; é então que, de perseguidor, o vemos investido no papel de salvador e amigo de Habrócomes e Ántia. Não menos elevado é o comportamento de Apsirto, o outro pirata do romance de Xenofonte. Ao dar-se conta de que o castigo que infligia a Habrócomes, acusado de violação da sua própria filha, não passava de uma tremenda injustiça – em resultado de uma denúncia caluniosa da jovem, tal como Fedra incapaz de superar a recusa do objecto da sua paixão –, apressa-se a libertá-lo e a confiar-lhe a administração dos seus bens (2. 10. 1-2).

Logo, ultrapassando a realidade objectiva, o romance torneia a figura do pirata, recheia-o de sentimentos, explora contradições, dá-lhe, numa palavra, relevo e textura humana<sup>16</sup>.

De acordo com uma já longa tradição, talvez o nome seja um primeiro indício da essência da figura. Téron (Θήρων) pode sugerir o nome da ‘fera’ (θήρ) e, por essa via, a noção elementar da ‘selvajaria’ de um ‘leão dos mares’, ora entendida como ‘violência’, ora como ‘marginalidade’. O facto de Téron ser

---

<sup>13</sup> Vide a síntese feita sobre os traços de fundo de Téron por Scarcella 1990: 237-238.

<sup>14</sup> O mesmo se pode dizer do traçado que Heliodoro faz de Tíamis (1. 29. 4-6), que veste a armadura e dirige um discurso aos seus subordinados, com palavras encorajadoras e ordens estratégicas, na hora de enfrentar o inimigo, um bando rival.

<sup>15</sup> A ideia de que são carências financeiras o que pode transformar o herdeiro de uma família respeitável num assaltante repete-se em Heliodoro (1. 19. 2): ‘Tíamis não tem de modo algum o carácter de um bárbaro, é mesmo civilizado; pertence a uma família ilustre e foi só por necessidade que adoptou este modelo de vida actual’.

<sup>16</sup> Considerações interessantes nesta matéria são feitas por V. Ruas (2000), no estudo introdutório à sua tradução do romance: *Xenofonte de Éfeso. As Efesíacas. Ántia e Habrócomes: LXVI-LXVII*.

também nome de um tirano de Agrigento pode incluir na figura a ‘autoridade’ do chefe de um bando, oportuno no romance cuja acção tem início precisamente na Sicília. Hipótoo (Ἱππόθοος)<sup>17</sup>, por seu lado, ‘aquele que se mostra ágil como um cavalo’, dextro no ataque e na fuga, é modelo da capacidade exigida pela sua profissão. Corimbo (Κόρυμβος) tem um nome relacionado com ‘cume, cimo, topo’, certamente alusivo à sua posição hierárquica de chefe, a que a própria altura física dava imponência<sup>18</sup>.

Segue-se o efeito dos adjectivos ou fórmulas adverbiais que contribuem para uma apresentação eficaz, mesmo se lacónica, da figura. Assim Cáriton, em poucos traços, define o seu Téron (1. 7. 1): ‘Havia um tal Téron, um escroque (πανούργος ἄνθρωπος), que, com propósitos desonestos (ἐξ ἀδικίας), percorria os mares’ (cf. 3. 3. 12, 17). E, dentro de uma estratégia narrativa semelhante, Xenofonte apresenta assim o seu Corimbo (1. 13. 3): ‘O chefe dos piratas (τῶν δὲ πειρατῶν ὁ ἕξαρχος), de nome Corimbo, era um jovem de alta estatura e de olhar feroz (φοβερός τὸ βλέμμα). A cabeleira era longa e desgrenhada’. Heliodoro (2. 17. 5), por sua vez, descreve Termutis em termos equivalentes: ‘por natureza falso, como é próprio de salteadores, e de humor agressivo’ (φύσει τε ἀβέβαιον καὶ ληστρικὸν καὶ δύσειν τὸ ἦθος).

A actuação dos piratas, na realidade como na versão literária, tende a ser sobretudo colectiva<sup>19</sup>. Na ficção, o pirata é o chefe do bando, sendo óbvia a existência de uma hierarquia. Hipótoo dá conta das etapas que uma tal carreira implica (Xenofonte 3. 2. 14): ‘Comecei por fazer parte de um bando, como subordinado (ὑπηρέτης ληστηρίου γενόμενος); mais tarde, porém, na Cilícia, eu mesmo constituí o meu próprio bando, que atingiu grande nomeada’. Por sua vez Corimbo, também em Xenofonte, é um comandante operacional, mas subordinado a Apsirto, na cadeia hierárquica seu superior (1. 14. 7). A necessidade de constituir um grupo competente, para uma acção concreta ou para uma actividade mais constante<sup>20</sup>, exige que se conheça os meios onde o recrutamento é mais fácil. Há regiões conhecidas pela oferta de mão de obra adequada; Hipótoo (Xenofonte 3. 1. 1-2) não tem dúvidas em dirigir-se à Ca-

<sup>17</sup> Este é um nome com tradição épica; cf., e. g., *Iliada* 2. 840-843, 17. 288-318.

<sup>18</sup> Hagg 1971: 38, pretende estabelecer outra conexão entre o nome do pirata e a atenção que a descrição de Corimbo presta ao seu cabelo, talvez penteado de uma forma determinada e sugestiva.

<sup>19</sup> Sánchez 1992: 205, sublinha as diferenças que, com respeito ao banditismo, se constatarem entre Cáriton, considerado o autor do romance mais antigo que conservamos, e Xenofonte de Éfeso: de actividade limitada de um pequeno grupo, passa a uma actividade organizada e poderosa, no que respeita aos meios usados e aos resultados obtidos. O que em Cáriton é ainda um golpe esporádico, com o bando organizado por Hipótoo passa a ser um banditismo organizado e profissional. O número de quinhentos homens que chega a atingir é disso mesmo a prova.

<sup>20</sup> Cf. Aquiles Tácio, *Leucipe e Clitofonte* 2. 16. 2. A dimensão destes bandos podia atingir números avultados (cf. Xenofonte 4. 1. 5).

padócia, em busca de ‘jovens vigorosos para refazer o seu bando (νεανίσκους ἀκμάζοντας συστήσασθαι πάλιν τὸ ληστήριον). Zenão, um simples criado, a que no entanto Aquiles Tácio (2. 17. 3) reconhece os dotes de um ‘pirata nato’, encarrega-se da mesma missão nos arredores de Tiro, onde recruta ‘alguns piratas entre os pescadores dos arrabaldes’. Téron, por seu lado, ao vislumbrar a oportunidade de um golpe bem sucedido, apressa-se a encontrar os cúmplices certos, percorrendo, em Siracusa, tabernas e bordéis (Cáriton 1. 7. 3)<sup>21</sup>, seguro de lá encontrar homens cujas ‘qualidades’ se mostrassem mais adequadas aos seus propósitos. Na avaliação que faz, com os seus botões, dos homens certos, não contidos os méritos apreciáveis para a profissão (Cáriton 1. 7. 2): um ‘é esperto, mas covarde’ (συνετὸς μὲν ἀλλὰ δειλός); outro ‘é ousado, mas falso’ (τολμηρὸς μὲν ἀλλὰ προδότης). Em conclusão, há lugares, sobretudo portuários, ou entre comunidades onde reina a pobreza, ideais para o aliciamento de salteadores, seduzidos pela miragem de um ganho fácil e de uma vida melhor<sup>22</sup>.

Estabelecido o bando, o chefe assume a autoridade e, com ela, a competência de manter os seus homens unidos, motivados, disciplinados e fiéis. A importância desta coesão social, necessária a uma funcionalidade eficaz do colectivo, é reconhecida por Platão, *República* 351 c; aí Trasímaco, em concordância com Sócrates, reconhece que ‘uma cidade, um exército, ou mesmo um bando de salteadores, de ladrões ou qualquer outro grupo que se associe com objectivos condenáveis, não conseguem levar a melhor se, entre eles, derem sinal de injustiça’.<sup>23</sup> Por isso, a primeira qualidade exigida a estes chefes é a de encabeçarem planos consistentes, estrategicamente bem elaborados, para que cativam a mão de obra conveniente. Dos seus seguidores exigem adesão incondicional ao projecto e o necessário empenho e disciplina (Aquiles Tácio 5. 3. 2).

Este conjunto de pressupostos cria, no romance, um potencial de diferentes tratamentos literários ou até dramáticos. É evidente que o lucro há-de ser o primeiro factor concreto na aquisição deste tipo de cumplicidades. Pagar um salário fixo, acrescido de uma percentagem sobre o saque (Xenofonte 1. 14. 7) são talvez as condições correntes de contratação. O que pode configurar um princípio geral, reveste, na hora da distribuição, algum melindre ou possível

---

<sup>21</sup> Xenofonte (3. 9. 4, 3. 10. 4) e Heliodoro (5. 31. 1) confirmam a tendência conhecida dos navegantes para o consumo de álcool.

<sup>22</sup> Gabrielsen 2001: 221, aproxima factores controversos, como a pirataria e a necessidade de protecção sentida pelas populações afectadas, para justificar uma comprovada ambiguidade de comportamentos: sem deixarem de ser vítimas, essas populações empobrecidas, sejam elas agricultores ou pescadores, facilmente assumem também a pirataria como actividade alternativa.

<sup>23</sup> Idêntica posição tem Cícero (*De Officiis* 2. 40) sobre a necessidade de respeito entre ladrões, de partilha equitativa do saque, necessários à fidelidade e submissão hierárquica. Logo, mesmo entre os fora-de-lei, tem de haver um código de comportamento colectivo.

conflituosidade<sup>24</sup>. Um eco da ira gerada, na *Iliada*, entre Agamémnon e Aquiles na distribuição dos produtos do saque, com ênfase nas cativas, deixa a sua marca em episódios do romance. As cativas continuam a ser – não por razões de *timê*, de mérito e de reconhecimento colectivo, mas de paixão, de cedência aos encantos físicos das vítimas, um tópico implícito nas peripécias de um romance de amor – o centro da polémica. Nas *Efesiácas*, dois piratas deixam-se seduzir pelos atractivos do par, Corimbo apaixonado por Habrócomes e Euxino por Ântia. Mas, mais interessante do que a vénia à convenção do romance, onde o pirata passa a figurar como um dos múltiplos concorrentes ao amor de um dos jovens protagonistas da história, é para nós, nesta reflexão, a argumentação dos dois fora-de-lei enamorados. A reivindicação que fazem do objecto do seu desejo tem a ver com a proporcionalidade perigo / esforço com as vantagens conseguidas (1. 15. 5); mas um sabor ‘homérico’ perpassa mesmo assim nos seus argumentos: ‘Estaria muito fora da nossa condição (σφόδρα ἀγεννές) correr riscos e pôr em causa a vida, sem gozar em paz o fruto dos nossos esforços’. De um saque avantajado, onde objectos preciosos se acumulam com prisioneiros promissores de grandes resgates, os chefes têm naturalmente prerrogativas de opção; assim Apsirto (Xenofonte 2. 2. 1) reclama para si os dois jovens, os próprios protagonistas da aventura, na perspectiva de um lucro chorudo; ‘o resto do saque, em haveres e raparigas (...) repartiu-se entre os homens de Corimbo’ (2. 2. 2). É também imaginável, de acordo com a versão de Aquiles Tácio, que nem sempre a repartição do saque seria pacífica; assim, Leucipe relata a discussão gerada entre os piratas pela sua posse; era consensual que um deles, já antes claramente beneficiado, não pudesse uma vez mais reservar-se a parte nobre do bolo a dividir (8. 16. 5-6); foi então que o pirata visado contestou, ‘invocando as questões legais do rapto e reclamando as prerrogativas que o contrato lhe garantia’. Mas nem por isso se livrou de uma reacção brutal dos companheiros, que lhe deram a morte. Tíamis (Heliodoro 1. 19. 6-7, 1. 23. 2), também ele apaixonado pelos encantos de Caricleia, mesmo assim não se permite a sua posse sem o acordo dos seus homens; em troca está disposto a prescindir da sua parte nos tesouros, o que os seus subordinados não aceitam. Mas o mesmo Heliodoro (5. 31. 3 – 5. 32. 2) mostra como nem a cedência, por parte do chefe, de todos os outros tesouros em troca de uma só cativa é pacífica; pode, sobre a distribuição de uma mulher, gerar-se uma concorrência violenta entre dois interessados, que, em última análise, desfecha num tumulto geral

---

<sup>24</sup> Heliodoro (1. 3. 3), pelo contrário, cria a imagem de uma distribuição consensual entre os piratas do Egipto que, consumado o saque de uma embarcação, na própria margem do rio estabelecem lotes, de acordo com o peso dos bens, para uma repartição equilibrada. E mais adiante (1. 19. 4), a propósito de um bando rival deste, dirigido por Tíamis, a ideia do rigor na distribuição do saque regressa: pode este chefe gabar-se de dividir sempre em partes iguais com os seus homens o produto do saque.

entre os homens do bando. A cobrir as exigências da paixão, são invocadas normas dos piratas; aquele que Heliodoro anunciava, no ataque ao barco em que viajavam Teágenes e Caricleia, como ‘o mais audacioso’ e o primeiro a saltar para o navio a invadir, reivindicava a beldade com base numa norma (5. 31. 3): ‘a que concede, àquele que primeiro sobe a bordo de um navio inimigo e que se distingue ao afrontar, antes de todos os outros, os perigos da batalha, o privilégio de uma livre escolha’; a que o seu comandante respondia com outra regra (5. 31. 4): ‘Não infrinjo de modo algum essa lei. (...) Apenas me apoio naquela outra que ordena a um subordinado que obedeça ao seu comandante’. Desta vez, o confronto entre duas normas em litígio leva a uma batalha geral, em que o bando se partidariza, incentivado pela bebedeira e pela fúria.

Adiamentos na satisfação de expectativas legítimas dos cúmplices podem suscitar revolta ou traição; é então previsível que a lealdade e os princípios contratuais sofram rupturas, entre sujeitos ‘sem grandes escrúpulos, nem capazes de assumir um compromisso’ (Cáriton 1. 12. 3).

Cáriton merece, ainda sob este ponto de vista, uma análise atenta, em função de um ingrediente que, como secretário do retórico Atenágoras (1. 1. 1), é muito óbvio no seu romance: o uso da retórica. O seu Téron, antes de passar à acção, não só congemma um plano a propor, como, numa espécie de assembleia democrática, o discute com o bando. Primeiro, numa noite de insónia, com os seus botões, avalia as vantagens do assalto a um túmulo, com uma argumentação de uma lógica imbatível (1. 7. 1): ‘Ando eu a arriscar-me a combater no mar, a matar gente viva por lucros de miséria, quando posso enriquecer à custa de uma simples defunta?’ E depois de dirigir a si mesmo razões incontestáveis, passa à persuasão dos homens que acabava de recrutar. Não lhe faltam talentos de orador profissional (1. 7. 4-6); começa com uma generosa *captatio benevolentiae*, louvando-lhes os méritos que fizeram deles seus eleitos, a experiência e aquela agilidade amoral que cala qualquer escrúpulo de consciência. O segundo louvor vai para o plano: rápido e vantajoso – ‘uma só noite pode tornar-nos milionários’ –, sem riscos de maior, mas promissor de bons lucros para todos – ‘é negócio para interessar a mais do que um, e nem sequer exige muito trabalho’. E não se enganava Téron quanto à perspicácia e determinação dos seus ouvintes; desde logo, nas vagas reticências do chefe, perceberam a dimensão do projecto, nada menos do que a violação de um túmulo ou a profanação de um templo<sup>25</sup>. Sem contraditório, mas numa sintonia unânime, a resposta esteve à altura do desafio: ‘Deixa-te de converter os convertidos. Trata mas é de nos informar do negócio, que não vamos deixar fugir a oportunidade’. Aprovada, na generalidade, a proposta, faltava apenas

<sup>25</sup> Também Heliodoro (1. 7. 2) dá conta de quanto são rendosos os assaltos a templos ou a santuários.

o plano concreto e esse foi apresentado com total naturalidade e eficácia: ‘De noite abre-se o túmulo, metemo-nos no barco, navegamos até onde o vento nos levar e vamos vender a carga no estrangeiro’. Nas suas linhas essenciais, este é um plano estratégico válido para qualquer assalto à altura de um pirata verdadeiramente profissional<sup>26</sup>.

Neste universo de bandos organizados, nenhum teve por certo o vigor e a popularidade dos chamados ‘boieiros ou pastores do Nilo’ (βουκόλοι, ποιμένες)<sup>27</sup>. Habitantes do Delta, estes marginais exerciam um banditismo abrangente, sobre populações residentes e sobre navegantes ou náufragos que se abeirassem da costa egípcia (cf. Aquiles Tácio 3. 5. 5, 3. 20. 2; Heliodoro 1. 6. 1, 2. 24. 1)<sup>28</sup>. Como zona inóspita, o Delta era, segundo Estrabão (17. 1. 18), desprovido de portos e mesmo o da ilha de Faros estava sob o controle dos Pastores. Mais um motivo para tornar frequente a pilhagem dos náufragos. Com estas características, o Delta do Nilo tornou-se um local atraente para os romancistas localizarem episódios aventurosos. Heliodoro situa nesse território o primeiro capítulo da sua novela, depois de travada, entre dois grupos rivais de salteadores, uma batalha pelo saque de um navio encalhado (1. 3-7, 1. 22. 5); Xenofonte, nas *Efesíacas*, faz do seu personagem Habrócomes um prisioneiro dos Pastores (3. 12. 2); em Aquiles Tácio, é uma parte significativa dos Livros 3 e 4 que decorre nesse local; aí Leucipe, a protagonista, é capturada pelos piratas e vendida num mercado de escravos de Alexandria, uma ágora agitada e cosmopolita (3. 9. 1, 3. 11. 1). Naturalmente esta preferência tem a ver com o próprio convencionalismo da novela, que multiplica naufrágios, raptos, combates, que poderiam ter nas costas do Egito e seus habitantes agentes ideais; a que se associava a realidade, conhecida e experimentada por comerciantes e viajantes que circulavam na região de Alexandria.

Heliodoro (1. 1. 1) descreve-os como ‘bandos de homens armados como assaltantes, emboscados nos montes que se estendem ao longo da embocadura do Nilo’ e situa-os na boca de Hércules, ou seja, em Canopo, na zona que confina

---

<sup>26</sup> Reardon 1999: 187, sublinha bem a propósito que não só o contexto histórico e cultural do romance é helenístico, como a própria preocupação com o desenho minucioso de caracteres o é também. E continua, especificamente sobre Cáriton: ‘o interesse que manifesta pela psicologia humana e pela sua expressão lembra as estátuas helenísticas. É o fotógrafo de uma sociedade’. Vide Morenilla Talens 1998: 244-248.

<sup>27</sup> Só Xenofonte usa a designação de ‘pastores’ para estes bandidos do Delta.

<sup>28</sup> Tucídides (1. 110. 2) fala da agressividade das gentes do Delta. Cf. Diodoro Sículo 1. 43-45, que refere também ‘os pastores do Nilo’. São conhecidas as rebeliões que, no reinado de Marco Aurélio, eclodiram na região do Delta, levadas a cabo por estes grupos de salteadores. Dio Cassio (72. 4. 1-2) menciona-os como particularmente activos entre 167-174. Said, 1999, 86-88 coloca a hipótese de estes bandos terem resultado de homens enviados pelos faraós para vigiar a costa e controlar o acesso ao Egito (cf. Estrabão 17. 1. 6).

com o deserto líbio (cf. Heliodoro 5. 27. 7-8)<sup>29</sup>. Tinham costumes selvagens, de que, no limite, faziam parte o sacrifício humano e a antropofagia (Aquiles Tácio 3. 15. 1-5)<sup>30</sup>. Exibiam portanto comportamentos sempre relacionados com o bárbaro puro, mas também, como diz B. Sánchez, 1992, 206, com o modelo ‘folhetinesco do bandido sinistro, que irá culminar em Heliodoro’<sup>31</sup>. Xenofonte sujeita a esta experiência o seu protagonista, Habrócomes (3. 12. 1-2); chegado ao Egípto por mar, a embarcação em que viajava foi vítima, no Delta, dos temíveis boieiros e o seu destino igual à de tantas outras: ‘ao desembarcarem, caíram sobre eles uns pastores de lá<sup>32</sup>, que lhes roubaram as mercadorias, amarraram os homens e os levaram por um longo caminho desértico até Pelúcio (...), onde os venderam como escravos’ (cf. Aquiles Tácio 3. 9. 3)<sup>33</sup>.

Estabelecidos em comunidades marginais<sup>34</sup>, são descritos na novela como grupos organizados em torno de um chefe, o seu rei (Heliodoro 1. 7. 1)<sup>35</sup>, que vivem em verdadeiras ‘cidades’ (Heliodoro 1. 5. 3)<sup>36</sup>. O estágio de civilização em que estão é atrasado, em relação aos restantes Egípcios. Alojam-se em cabanas (Heliodoro 1. 5. 3, 1. 30. 2, 2. 3. 2; Diodoro Sículo 1. 43. 4; Aquiles Tácio 4. 12.

---

<sup>29</sup> Sánchez 1992: 209 sublinha que era sobretudo a zona leste, a região de Pelúcio portanto, a mais relacionada com os Pastores; é Heliodoro o primeiro a associá-los com o Delta ocidental. Parece óbvio que se dispersavam por toda a região do Baixo Egípto. Há ainda que notar que a descrição de Heliodoro, ‘das montanhas do delta’, não corresponde à realidade geográfica, antes a submete às conveniências da narrativa.

<sup>30</sup> Bertrand 1988: 139-149, analisa o sacrifício de Leucipe (Aquiles Tácio 3. 15) relacionando-o com a tradição, religiosa, cultural e literária, da Grécia e do Egípto.

<sup>31</sup> Sobre o papel dos *boukoloi* no romance grego de amor, *vide* Rutherford 2000: 106-121.

<sup>32</sup> Xenofonte menciona ‘pastores de lá’, que muitas vezes a oportunidade transforma em piratas, como acontece com outras comunidades; *vide infra* nota 43.

<sup>33</sup> O romance é consensual em repetir um conjunto de  *clichés*  e preconceitos, no que se refere ao retrato destes homens, na descrição de Aquiles Tácio (3. 9. 2): Selvagens e de aspecto assustador; altos, de pele negra, de cabeça rapada, pés ligeiros, estatura atarracada, armados de arco e flecha, que falavam uma língua bárbara. É também curiosa a descrição física feita por Heliodoro (2. 20. 5): ‘Os *boukoloi* cultivam um aspecto agressivo, sobretudo no que respeita ao cabelo, que puxam para a frente até aos sobrolhos e que sacodem sobre os ombros, por saberem que os cabelos compridos, nos amantes, são atraentes, mas nos salteadores temíveis’ (cf. Heliodoro 1. 2. 8, 1. 3. 1, 2. 20. 5). O autor das *Etiópicas* é particularmente insistente na dificuldade de comunicação que a diferença linguística impunha relativamente aos Gregos que por lá naufragassem (1. 3. 2, 1. 4. 1-2, 1. 7. 3, 1. 19. 3, 1. 21. 3), além da cor negra e aspecto asqueroso (1. 3. 1). Mais adiante, o mesmo Aquiles Tácio (3. 12. 1) descreve-os, pelo contrário, como de longos cabelos, hirsutos, e particularmente como bons cavaleiros, usando as montadas em pêlo, sem sela nem arreios (cf. Heliodoro 1. 3. 4, 1. 4. 2).

<sup>34</sup> Heliodoro (2. 18. 5) refere, por exemplo, que a ilha de Quémis, um território rico e populoso situado no Nilo e num ponto elevado, podia servir de refúgio contra os Pastores, constituindo no Delta uma espécie de oásis contra a violência reinante.

<sup>35</sup> Um dos quais, de nome Busiris, parece ter ficado célebre pela crueldade com que exerceu o comando (Estrabão 17. 1. 19). Cf. ainda Aquiles Tácio 3. 9. 3; Heliodoro 2. 17. 4.

<sup>36</sup> Heliodoro (6. 3. 4) identifica Bessa como um desses aquartelamentos, lugar ainda não identificado.

1), implantam-nas em terrenos enxutos, ou ‘no meio de um lago’, servindo-se das condições do terreno como de uma defesa natural<sup>37</sup>, aproveitando a co-nivência e a protecção dos canaviais (Heliodoro 1. 6. 1)<sup>38</sup>; há-os também que vivem em embarcações, que lhes permitem uma vida nómada (Ésquilo, *Persas* 39-40; Heliodoro 1. 5. 3, 1. 31. 2).

Na própria forma de lutar, como a imagina Aquiles Tácio, está evidente a adaptação às condições do terreno. Embora mal armados e habituados a lutar com torrões arrancados ao solo (Aquiles Tácio 3. 13. 2-3), os Pastores eram hábeis em recorrer às próprias águas do rio (Aquiles Tácio 4. 14); abriam os diques e permitiam que a água invadisse o campo de luta, de modo a diluir as fronteiras entre pântano e terra firme; por força das condições inauditas do terreno, a confusão entre infantaria e marinha era total<sup>39</sup>.

É vasto o catálogo de intervenções criminosas que todos estes bandos, marítimos e terrestres, executavam. É fácil de compreender que os piratas propriamente ditos, os salteadores marítimos, tivessem maior agilidade e fossem mais versáteis nos diversos campos de actuação do que as quadrilhas em terra, mais confinadas a territórios vizinhos. Há zonas do Mediterrâneo bem conhecidas como fundações de piratas. Tucídides (6. 4. 5) refere-se, por exemplo, a Zancle, na Sicília, como um ponto de apoio dessa actividade<sup>40</sup>. E os autores de romance acrescentam-lhe outros pontos geográficos certamente famosos; assim Xenofonte (1. 14. 6) refere-se à fenícia Tiro como lugar ‘onde os piratas estavam sediados’. Naturalmente que zonas costeiras, apetrechadas de portos, proporcionavam as condições indispensáveis a esta actividade. A que crescem os territórios que, pelas suas características, são promissores de bons resultados para a pilhagem; assim, por exemplo, o bando de Hipótoo (Xenofonte 3. 10. 5) escolhe a Síria e a Fenícia como alvo da sua actuação; e, mais tarde, com uma notável agilidade, move-se para Mênfis, no Egipto, onde resolve a dificuldade do desconhecimento do lugar com a contratação de gente autóctone, que, além de mão de obra para os assaltantes, lhes servisse também de guia (Xenofonte 4. 1. 4). A preferência não foi ocasional, mas ditada por objectivos concretos (4. 1. 5): ‘Foi aí que deliberaram exercer a pirataria, cientes de que se tratava de território de passagem para comerciantes, em trânsito entre a Etiópia e a Índia’.

---

<sup>37</sup> Aquiles Tácio (4. 12. 8) arrisca mesmo um nome para uma destas aldeias, Nicóquis, e dá-lhe dimensões concretas. Este foi o local de um grande recontro entre rebeldes e forças romanas no final do séc. II d. C. *Vide* Plazenet 1995: 9-10.

<sup>38</sup> Esta espécie de cumplicidade com a natureza torna-os quase inatacáveis; diz Heliodoro 2. 24: ‘levam uma vida de pilhagem, mas é quase impossível aniquilá-los, quando se retiram para as suas cabanas e esconderijos nos pântanos’.

<sup>39</sup> Bertrand 1988: 145 exemplifica como esta mescla de terra e água sempre foi própria da estratégia bélica do Egipto.

<sup>40</sup> Sobre a controvérsia gerada por essa informação de Tucídides, *vide* Souza 1999: 22.

Se as acomodações e abrigos, marítimos e terrestres, eram importantes, não o eram menos as embarcações e os cavalos<sup>41</sup>. Com recurso a estas condições, os salteadores exerciam, nas mais diversas circunstâncias, ataques ferozes, de extrema violência. Os verdadeiros profissionais não se contentavam com assaltos a vítimas isoladas; a sua ambição aspirava a alvos colectivos, sobretudo aldeias e povoações (Xenofonte 5. 2. 5; Heliodoro 1. 30. 2). Nessas incursões, o objectivo era a razia completa; a morte dos habitantes – o aniquilamento dos agentes de qualquer possível oposição fazia parte das regras elementares, o que tornava a vida humana sem valor no assalto (cf. Cáriton 1. 7. 1; Xenofonte 1. 14. 1; Heliodoro 1. 30. 3, 1. 32. 4) -, o incêndio das habitações e a pilhagem geral; o saque não só satisfazia os seus objectivos de lucro, como o próprio abastecimento de recursos para o exercício da actividade – ‘nas povoações que cruzavam, apoderavam-se das embarcações, onde depois embarcaram em rota para Esquédia’ (Xenofonte 5. 2. 7; cf. 4. 1. 1-2). Comenta a propósito Sánchez, 1992, 205: ‘Xenofonte estabeleceu assim um novo modelo no género; a presença, determinante no argumento, do que se pode chamar um banditismo de alto nível, nutrido e extremamente perigoso, revelador de extractos sociais degradados e potencialmente explosivos, capazes, como se vê nos romances posteriores, de gerar até uma forma local de guerra’.

Em terra, um outro tipo de alvo era sedutor, as caravanas, expostas à insegurança de grandes trajectos e carregadas de mercadorias atraentes aos olhos dos salteadores. Ocultas em zonas montanhosas, por exemplo, as quadrilhas interpunham-se nas rotas dos viajantes; assim a Etiópia proporcionava, segundo o testemunho de Xenofonte (4. 1. 5, 4. 3. 5), essa operacionalidade. Também neste caso, as vidas não eram poupadas como barreiras ao verdadeiro objectivo, o roubo das cargas. Bandos rivais podiam digladiar-se pela posse dos saques; sobre a violência desses embates, Heliodoro (1. 19. 6) é peremptório: ‘As lutas entre salteadores nunca terminam em convenções e tratados; mas fatalmente os vencedores sobrevivem e os vencidos morrem’; e, por isso, relata como o bando lesado pela intromissão de um grupo rival se vingava, atacando a aldeia onde o seu vencedor se abriga, para reaver os tesouros perdidos (1. 33. 1).

No mar, as capturas não eram menos frutuosas. Tornavam-se alvos fáceis dos piratas os naufragos, que as más condições de navegação punham à sua

---

<sup>41</sup> Aquiles Tácio (1. 13. 1) atribui-lhes uma grande trirreme, embarcação poderosa e ágil, usada também em intervenções bélicas; e, mais adiante (3. 12. 1), dá uma imagem do vigor dos animais destinados às operações terrestres: de crinas cerradas e montados em pélo, numa articulação perfeita com os cavaleiros. Heliodoro, por sua vez, refere as embarcações ligeiras e ágeis dos piratas (5. 23. 3, 5. 27. 2-3) e coloca-os até em embaraço nas manobras exigidas pelas grandes embarcações comerciais. Sobre as viagens marítimas e as embarcações no romance, *vide* Sánchez 2002: 373-387; Gabrielsen 2001: 223-224.

mercê (Xenofonte 2. 11. 11). Mas da sua actividade fazia parte também o abalroamento de embarcações, a versão marítima do ataque às caravanas em terra (cf. Heliodoro 5. 20. 3). Xenofonte (1. 13. 1-4) descreve uma dessas operações de que os seus protagonistas são vítimas. É perto de Rodes que o par vive também esta experiência. O ataque é precedido pela observação, ainda dentro do porto, de que o seu navio foi objecto pela tripulação de um barco pirata, uma trirreme bem apetrechada de homens. Aos fora-de-lei não escapou a vulnerabilidade de um barco de transporte bem recheado de ‘ouro, prata e abundantes e valiosos tesouros’, que prometia mercadorias e escravos para uma venda lucrativa, depois de liquidada qualquer resistência<sup>42</sup>. O assalto aconteceu já fora do porto, primeiro numa perseguição discreta, até ao momento de acelerar a velocidade para consumir o abalroamento. Aí os piratas saltaram para o navio perseguido, armados, apanhando as suas vítimas indefesas. Os que reagiram foram mortos, os que, em fuga, se lançaram ao mar, afogaram-se, restando do quadro a imagem de uma operação rápida, profissional e bem sucedida<sup>43</sup>. O desfecho do assalto foi o esperado (Xenofonte 1. 14. 1): confisco de todas as mercadorias, rapto dos tripulantes e passageiros e incêndio da embarcação para apagar os rastros do ataque. Heliodoro (5. 24. 4 - 5. 25. 3)<sup>44</sup>, ao regressar ao mesmo tema do abalroamento, cria algumas variações de pormenor; salienta como, antes da abordagem, o barco pirata navega em redor da embarcação comercial, para lhe barrar a rota, e dialoga com a tripulação na tentativa de obter uma rendição sem luta; só baldados esses esforços, se procede à invasão.

Um tipo de assalto que parece relativamente vulgarizado é o arrombamento de túmulos, que a época clássica já conhecia. A designação para o agente destes assaltos, *τυμβωρύχος*, ‘o arrombador de túmulos’, é referida por Aristófanes (*Rãs* 1149) e não restam dúvidas sobre o crescendo desta actividade tão lucrativa, dada a prática de sepultar, juntamente com o defunto, objectos de valor. Tal aventura é narrada em termos semelhantes por Cáriton (1. 9. 1-3) e Xenofonte (3. 8. 3-4): a noite é o momento mais propício, depois de escolhido o túmulo de acordo com uma observação prévia no momento do funeral, que permitisse avaliar o montante do saque. Como filhas de família, Calíroe e Ântia foram sepultadas com abundância de valores e, por isso, os seus túmulos se tornaram

---

<sup>42</sup> Heliodoro 1. 3. 2, relata um assalto, nas margens do Nilo, a um navio com carga igualmente preciosa.

<sup>43</sup> Aquiles Tácio (3. 20. 5) descreve um assalto em condições semelhantes.

<sup>44</sup> Aquiles Tácio (5. 7. 6) descreve uma tática parecida, que passa não só pela mesma aceleração para o abalroamento; junta-se-lhe, neste caso, o apelo a um reforço, encontrado por acaso numa embarcação próxima: ‘eram pescadores de púrpura, mas também piratas’. Esta observação permite pensar na forma de recrutamento que estes bandos exerciam entre as franjas carenciadas da população, também elas, pelo exercício da própria profissão, apetrechadas para as exigências do banditismo (cf. Heliodoro 1. 22. 5, 1. 33. 1).

alvo da cobiça dos piratas. À brevidade da descrição de Xenofonte, Cáriton acrescenta elementos de estratégia: o desembarque silencioso, a investigação cuidadosa do lugar, mesmo se isolado, para acautelar qualquer vigilância ou resistência, o jogo de sinais para manter em contacto os elementos do bando e transmitir alertas, a repartição de tarefas (entre vigilantes, os que se encarregavam da incursão e os remadores a postos para a fuga). Procedeu-se então ao arrombamento, com alavancas e pancadas sonoras para forçar a porta. Ao que seria o processo habitual acrescenta-se a surpresa que o romance reserva a estes assaltos: o achado da morta, viva, porque vítima de uma morte apenas aparente. É assim que o arrombamento de túmulos se articula com outra criminalidade corrente: o rapto e tráfico de seres humanos<sup>45</sup>.

Porque indefesas, as mulheres estão no centro deste tipo de destino. Já na *Odisseia* 15. 427-428, é contado com pormenor o rapto de uma mulher na Fenícia por 'piratas de Tafos'. E Heródoto, como é sabido, fundamenta em sucessivos raptos de mulheres uma animosidade latente entre Oriente e Ocidente, que havia de desfechar na guerra de Tróia. Com maioria de razão, este é um motivo frequente no romance de amor, que privilegia a separação inesperada de um par enamorado por intervenção de vários modelos de agente, o pirata, o pretendente rival, o comprador.

Quando vítimas de captura, as mulheres conhecem bem os possíveis destinos que as esperam. A morte é um primeiro risco, no objectivo que o raptor possa ter de se livrar de testemunhas do seu acto. Na versão de Cáriton, estas hipóteses são motivo de um debate retórico entre os membros do bando. Téron coloca a ideia de se livrar da morta-viva ... matando-a (1. 9. 6), 'por lhe parecer que ela seria um empecilho para toda a empresa'. Esta é também a opinião de um dos seus homens (1. 10. 7), que opta por uma solução mais segura do que 'trazermos connosco a nossa própria denúncia'. Mas mais do que a prudência numa profissão de que o risco é parte integrante, a ambição fala mais alto e transforma a captura de seres humanos na principal jóia do saque. A partir daí, duas soluções parecem possíveis, qualquer delas com os seus inconvenientes; procurar devolver a vítima à família, se endinheirada, sob contrapartida de um resgate, é uma hipótese (Cáriton 1. 9. 7, 1. 10. 2-5; Heliodoro 1. 19. 5<sup>46</sup>); mas a mais viável é, sem dúvida, procurar vendê-la no mercado negro (1. 9. 6, 1. 10. 6, 8; Xenofonte 3. 8. 4). Aquiles Tácio (2. 16. 2) dá ainda nota da ideia de rapto

<sup>45</sup> Reardon 1999: 177-180, estuda com minúcia os efeitos literários usados por Cáriton no assalto ao túmulo de Calirroo. De facto, o autor é sofisticado na moldagem estética deste tipo de episódios.

<sup>46</sup> Tíamis que, apesar de pirata, não perdeu alguma elegância de herdeiro de uma boa família, pode colocar a hipótese de conceder a liberdade a uma mulher de boas famílias, se capturada, apenas por compaixão pela sua sorte (1. 19. 5); às de origem modesta reserva a condição de servas, que de resto era já a sua.

executado por encomenda, quando alguém, por motivos pessoais, pretende obter uma mulher; nessa caso, foi este o procedimento: ‘indicou a rapariga a um dos seus homens que lhe era absolutamente leal, mandou recrutar um bando de piratas e instruiu-os ao pormenor sobre como levar a cabo o rapto’<sup>47</sup>.

De acordo com a identidade de cada pirata ou bando – há os profissionais e portanto mais organizados, e aqueles que estão sujeitos a uma maior improvisação –, assim o tratamento dos bens e pessoas confiscados pode passar por uma venda imediata ou por um período de arrecadação. Tíamis, o chefe de um bando bem estabelecido nas *Etiópicas*, tem, em matéria de destino a dar aos sequestrados, uma estratégia clara e bem estabelecida (1. 19. 5): os mais válidos eram alistados no próprio grupo e vinham reforçar os efectivos do bando; os mais fracos eram vendidos. No romance de Xenofonte, onde os piratas em acção são profissionais, a casa do chefe, situada nos arredores de Tiro para maior segurança, é o local de armazenamento dos produtos do saque (1. 14. 7, 2. 2. 5). Em zonas menos urbanizadas, são cavernas naturais os esconderijos procurados para o mesmo efeito (Xenofonte 4. 1. 5, 4. 3. 6; Heliodoro 5. 6. 3). Heliodoro (1. 5-6), por sua vez, fala de uma região no lado ocidental do Delta do Nilo, conhecida por *Boukolia*, como território habitado pelos *Boukoloji*; protegidos pela própria natureza, de pântanos e canaviais onde se movimentam com facilidade, vivem em cabanas ou barcos (1. 7. 1); o chefe dispõe de uma ilha reservada como residência (1. 7. 2). Os produtos dos saques, para maior segurança, são acomodados numa caverna preparada para o efeito; e Heliodoro faz dela uma descrição minuciosa (1. 28. 1): ‘A caverna não era obra da natureza, uma dessas numerosas cavidades que se abrem espontaneamente sob a terra ou à superfície, mas obra - imitando a natureza – destes salteadores egípcios que, com as próprias mãos, a tinham habilmente escavado, para lá colocarem em segurança os produtos do saque’; a uma entrada estreita e escura, dissimulada por uma porta, sucediam-se galerias labirínticas que conduziam a uma câmara mais ampla, iluminada por uma fenda (1. 29. 1).

O material humano aprisionado merece então aos salteadores todos os cuidados, não por humanidade naturalmente, mas para lhe melhorar o aspecto e assim inflacionar o preço de venda; este desvelo passa por um primeiro apaziguamento da ansiedade das vítimas, com histórias e promessas que iludam a realidade da situação em que se encontram (Cáriton 1. 11. 1, 1. 13. 7-9), a que se segue um tratamento físico atento para melhorar-lhes o aspecto (Cáriton 1. 11. 5, 1. 12. 1; Xenofonte 2. 2. 5, 3. 8. 7, 3. 11. 1; Heliodoro 1. 7. 3). Os autores

---

<sup>47</sup> Em circunstâncias distintas, Heliodoro (1. 33. 2) desenha também a encomenda da captura de um homem, que um irmão pretendia eliminar: ‘Fez anunciar, através de emissários, pelas aldeias habitadas por salteadores, que daria muito dinheiro e gado a quem lhe trouxesse Tíamis vivo’.

de romance fazem ouvir, no intervalo que medeia a captura e a venda, as súplicas das suas vítimas, que tentam, em vão, seduzir a simpatia dos raptos (Cáriton 1. 9. 5, Xenofonte 1. 13. 6, 3. 8. 5). Aquiles Tácio (3. 10. 2) regressa mesmo ao tópico, tradicional na literatura grega, do contraste grego e bárbaro, para interpor a barreira da língua no efeito das súplicas habituais; pode imaginar então que o pirata grego pudesse mostrar maior condescendência, não por humanidade ou civismo, mas apenas por melhor compreensão da língua. É corrente que a primeira prova da ineficácia da súplica seja a violação, pelos próprios raptos, das suas vítimas; assim se justifica o espanto de quem ouve dizer que uma mulher, depois de capturada por piratas, continua virgem (Aquiles Tácio 6. 21. 3).

Este é um período precário que apenas adia o verdadeiro objectivo dos raptos, a busca de um mercado favorável aos seus negócios. As grandes cidades de comércio no Mediterrâneo são o destino natural destes produtos ilegais<sup>48</sup>; Creta, 'que se ouvia dizer que era uma ilha opulenta e grande' (Cáriton 3. 3. 9), ou Alexandria (Xenofonte 3. 8. 5, 3. 9. 1, 3. 11. 1) estavam nesse roteiro. Cáriton (1. 14. 4-8) faz mesmo uma avaliação relativa das vantagens dos diversos mercados à sua disposição, todos eles tendo por denominador comum a abundância de dinheiro em circulação e a presença de uma clientela abonada; Atenas, embora próspera, peca pela bem conhecida 'bisbilhotice dos Atenenses' (1. 11. 6): 'É uma gente palradora e amiga de questões; logo no porto sicofantas aos milhares vão querer saber quem somos e de onde trazemos estas mercadorias. (...) Ali mesmo entra em cena o Areópago e os magistrados, piores do que tiranos'. Aos inconvenientes de Atenas respondem as vantagens da Iónia, onde se acumula a opulência do luxo asiático e onde Mileto, como a primeira das cidades da costa, parecia um destino natural para qualquer bom negócio.

Mesmo contando com o bulício dos mercados, o negócio escuso impõe alguns cuidados elementares. Fingir-se de simples mercador, de um profissional de transportes ou de turista, de forma a mesclar-se com o ambiente geral, constitui um primeiro disfarce (Cáriton 1. 7. 1; Xenofonte 1. 13. 1, 4. 1. 1). Fundamental é também a escolha de um local apropriado, fora dos grandes portos centrais (Cáriton 1. 11. 8, 1. 13. 4, 2. 1. 3), em sítios isolados (Cáriton 1. 13. 6, 2. 1. 8), onde a transacção se faça de dinheiro na mão (Cáriton 1. 12. 1).

Se se trata de tráfico humano, as exigências aumentam, pelo risco envolvido e pela necessidade de encontrar um comprador à altura das somas avultadas que ele pressupõe. Este tipo de comércio aproxima o pirata do *pornoboskos*, o proxeneta, uma personagem com larga repercussão literária. O exemplar que, na ágora de Tarento – segundo a narrativa de Xenofonte –, vende Ântia, ou o comerciante que, em Aquiles Tácio, vende Leucipe, são modelos deste tráfico, onde uma mesma

<sup>48</sup> Sobre o testemunho dado por Xenofonte de Éfeso para este comércio ilegal, *vide* Scarcella 1977: 250-253.

cadeia de interesses se harmoniza (Aquiles Tácio 8. 16. 7): ‘Após dois dias de viagem, os piratas levaram-me para um destino qualquer e venderam-me a um traficante das suas relações que, por sua vez, me vendeu a Sóstenes’.

É certo que compradores de poder aquisitivo corrente podem ser também considerados: um velho soldado, por exemplo (Xenofonte 3. 12. 2), ou uns quaisquer mercadores, possivelmente para revenda (Xenofonte 3. 11. 1). Mas não eram esses os bolsos cobiçados; conhecedor das malhas do negócio, Téron avalia as dificuldades colocadas por alguém do nível de Calíroo (Cáriton 1. 12. 1): ‘Não se tratava de um produto que interessasse ao grande público nem ao primeiro que aparecesse; era coisa para um milionário, ou até mesmo para um rei, e esses tinha medo de os abordar’. É por iguais motivos que Ántia, no romance de Xenofonte, é vendida a uma rajá da Índia, que percorria, em negócios e turismo, o mercado de Alexandria (3. 11. 2-3). Hábil no desenho de caracteres, Cáriton desenvolve, com diversas nuances, o processamento de um negócio deste nível, que concretiza a ambição de Téron com uma transacção de mão cheia, onde o comprador é Dionísio, o tirano de Mileto. A barreira que separa o pirata da dignidade do senhor de Mileto é ultrapassada pela intermediação de um procurador, Leone, o administrador dos bens de Dionísio. É certo que as intenções de Leone eram louváveis – atenuar o sofrimento do senhor, viúvo de fresca data, com a compra de uma mulher bonita, possível ama para a criança que a morte da mãe deixara órfã (Cáriton 1. 12. 8-10). Téron revela-se então um hábil vendedor, começando por criar uma familiaridade empática com o cliente (1. 13. 2). Depois do elogio da mercadoria, quase suspeito de tão superlativo, Téron usou de uma estratégia de surpresa para expor a formosura de Calíroo (1. 14. 1). E ela era tal que Leone não hesitou em fechar negócio, com a entrega imediata do dinheiro, adiando para depois as formalidades legais da venda. Assim, a revelação final de que a escrava tinha sido adquirida no mercado negro e de que o registo de propriedade era impossível deixa incólume o seu novo senhor, Dionísio de Mileto.

Por fim, o romance não deixa também de dar conta das diversas frentes de combate que, com relativo sucesso, procuraram enfrentar este mundo da clandestinidade e do comércio ilegal. É uma preocupação das autoridades, nas diferentes regiões onde a pirataria actua com regularidade, fazer-lhe frente. Para isso dispõem de forças armadas, preparadas e numerosas, com intervenções radicais, que visam a extinção do inimigo; por exemplo, Perilau, nome dado à autoridade da Cilícia no romance de Xenofonte (2. 13. 3-4); ou, mais adiante, Políido, com função equivalente em território egípcio (5. 3. 1-2). Sobre o alcance destas intervenções, que além de activas para missões concretas, devem ter uma função permanente de extermínio de um fenómeno cada vez mais disseminado, fala a intenção de Políido (5. 4. 1) que ‘achava que não

bastava ter vencido os piratas naquela campanha. Propôs-se então montar uma verdadeira perseguição aos bandidos e limpar o Egípto de ponta a ponta’.

Aquiles Tácio (3. 13-15) dá mais corpo a um recontro entre estes dois tipos de forças, um batalhão de hoplitas e de cavaleiros bem armados, mas não muito numerosos, contra um bando de salteadores numeroso, mas mal apetrechado. Às lanças e escudos de uns, os outros respondem com torrões que o próprio solo põe à sua disposição, sem conseguirem os bandidos, apesar de uma resistência determinada, aniquilar a superioridade técnica das forças da ordem, bem treinadas para o efeito. Após este embate, o plano do exército ganhava um outro fôlego, o de prosseguir, com reforços, no combate ao ‘grande bastião dos salteadores’ (que se dizia serem cerca de dez mil, 3. 14. 1; cf. 3. 24. 1-2)<sup>49</sup>.

Cáriton dá, à intervenção das forças punitivas, um recorte de maior eficácia literária. Sobrepõe, à punição humana, a divina, que exerce repressão sobre os piratas através das forças da natureza (3. 3. 10-12); é pela violência de uma tempestade que a Providência se antecipa a punir os raptos de Calíroo<sup>50</sup>. Liquida-os, antes de mais, pelo medo, depois por uma espécie de repulsa da própria natureza em dar-lhes acolhimento; por fim - tal como qualquer Tântalo ou Midas -, ei-los que se esgotam no meio do ouro, rodeados de água, mas sem víveres suficientes ou acessíveis às suas necessidades. E se desse combate com as forças superiores restou um único sobrevivente, não estava nas intenções divinas assegurar-lhe a salvação que não fosse para dar aos homens, também eles lesados pela desonestidade do pirata, a sua quota parte de vingança. Por isso permitiram que Quéreas o encontrasse, a navegar à deriva entre os cadáveres dos seus cúmplices, e o pudesse trazer para a Sicília, o cenário do maior dos seus crimes (3. 4. 4-18). Neste caso, o pirata capturado vai ser sujeito a julgamento público e condenado, momento que Cáriton utiliza para mais um exercício de retórica. As mentiras com que Téron procura justificar a situação em que fora apanhado - com as oferendas fúnebres a bordo - de pouco lhe servem; as dores da tortura obrigam-no à confissão. E aí, de acordo com a lei, é simplesmente condenado à morte e crucificado.

Apesar de se poder reconhecer, na estratégia literária de cada um dos autores de romance usados nesta análise, traços que fazem parte da convenção do género, mesmo assim a coincidência de situações parece poder tomar-se como um testemunho credível, nos seus traços gerais, de um fenómeno com grande pujança na época: o banditismo e a pirataria, com os seus recursos, artifícios e objectivos, bem conhecidos do leitor alargado da novela.

---

<sup>49</sup> Sobre a leitura a fazer deste número de combatentes e deste recontro em termos de referência histórica, *vide* Sánchez, 1992, 207.

<sup>50</sup> A superstição associada à vida marítima, que entende uma tempestade como punição divina, é um tema repetido por Heliodoro (5. 27. 1).

## BIBLIOGRAFIA

- J. M. Bertrand (1988), “Les *boukôloi* ou le monde à l’envers”, *REA* 90: 139-149.
- G. Biraghi (1952), “La pirateria greca in Tucidide”, *Acme* 5: 471-477.
- M. Brioso Sánchez (1992), “Egipto en la novela griega antigua”, *Habis* 23: 197-215.
- (2002), “Aspectos del viaje en la novela griega antigua: los medios de transporte”, *Habis* 33: 373-387.
- V. Gabrielsen (2001), “Economic activity, maritime trade and piracy in the Hellenistic Aegean”, *REA* 103. 1-2: 219-240.
- Y. Garland (1978), “Signification historique de la piraterie grecque”, *Dialogues d’Histoire Ancienne* 4: 1-16.
- Th. Hagg (1971), “The names of the characters in the romance of Xenophon Ephesius”, *Eranos* 69. 1-4: 25-59.
- B. MacDonald (1984), “*Leisteia* and *leizomai* in Thucydides”, *AJPh* 105: 77-84.
- H. A. Ormerod (1924), *Piracy in the ancient world*. London.
- L. Plazenet (1995), “Le Nil et son delta dans les romans grecs”, *Phoenix* 49. 1: 5-22.
- B. P. Reardon (1999), “Theme, structure and narrative in Chariton”. In: S. Swain (ed.), *Oxford readings in the Greek novel*. Oxford University Press: 163-188.
- V. Ruas (2000), *Xenofonte de Éfeso. As Efésíacas. Ântia e Habrócomes*. Lisboa: Cosmos.
- I. Rutherford (2000), “The genealogy of the *Boukoloí*”, *JHS* 120: 106-121.
- S. Said (1999), “Rural society in the Greek novel, or the country seen from the town”. In: S. Swain (ed.), *Oxford readings in the Greek novel*. Oxford University Press: 83-107.
- M. Scarcella (1977), “Les structures socio-économiques du roman de Xénophon d’Éphèse”, *REG* 90: 249-262.
- (1990), “Il mare (le fonti, i fiumi): l’altra faccia della geografia ideale dei romanzi erotici greci”, *Euphrosyne* 18: 237-246.
- Ph. Souza (1999), *Piracy in the Graeco-Roman World*. Cambridge University Press.
- C. M. Talens (1998), “Amor y aventuras en la comedia y la novela”. In: J. V. Bañuls, F. de Martino, C. M. Talens, J. Redondo (eds.), *El teatre classic al marc de la Cultura Grega i la seua pervivència dins la Cultura Occidental*. Bari: Levante Editori: 223-248.